

Instituto Socioambiental

fonte: EM

class.: 331

data: 14/3/95

pg.: 1e3

“Morenito”, índio ou branco?

por Marcio Aith
de Coronel Sapucaia (MS).

Um corpo enterrado sob o pasto de uma fazenda de R\$ 6 milhões em Mato Grosso do Sul e as discussões sobre se se trata do cadáver de um índio, de um branco ou de um negro abrem caminho para uma mudança na política de demarcação de terras indígenas no Brasil.

Essas discussões chegaram ao Supremo Tribunal Federal (STF) e devem ser solucionadas em breve. Dependendo da decisão, todas as reservas indígenas feitas em terras particulares depois de 1988 podem simplesmente ser anuladas.

O corpo é de Júlio Campos, lavrador assassinado em 1983 junto com sua mulher e um filho. Campos morreu em frente à casa onde morava, no pasto da fazenda Nhú-Guacú, de 12 mil hectares e 12 quilômetros de fronteira seca com a cidade paraguaia de Capitán Bado. Foi enterrado lá mesmo.

Campos trabalhava eventualmente para a fazenda. Ninguém o chamava pelo nome, mas pelo apelido de “Morenito”. Sua morte foi violenta. O auto de exame cadavérico expedido pela polícia de Amambai, município perto da fazenda, não poderia ser mais impressionante: “Houve tortura e morte, causada por choque hemorrágico”, responde o perito, para em seguida descrever o que viu: “ferimento de faca no pescoço anterior com secção de traquéia e esôfago; fratura dupla no antebraço esquerdo; luxação do cotovelo esquerdo; ferimento perfurocortante (faca) no flanco esquerdo com exposição de vísceras ocas; ferimento com três balas na região lombar esquerda (2) e direita (1) sem orifício de saída. Uma bala na perna direita com orifício de saída”.

O principal acusado de sua morte, Auclides Pires Cabrera, fugiu para o Paraguai. Ele foi reconhecido por uma filha de “Moreni-

to”, que viu os pais serem assassinados, escondida atrás de algumas árvores.

A morte de “Morenito” tinha tudo para ser esquecida, numa região onde são frequentes os assassinatos. Só que seu nome reapareceu, no final da década de 80, num laudo antropológico encomendado pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

Segundo o laudo, “Morenito” era índio, do ramo Guarani-Kaiowá. As condições de sua morte seriam indícios de um processo violento de expulsão dos povos indígenas da região, patrocinado por fazendeiros que obtiveram ao longo das últimas oito décadas títulos oficiais de propriedade no estado. O local onde “Morenito” foi enterrado teria sido um cemitério de índios.

Com base no laudo, a Funai iniciou o processo de identificação e demarcação da área, chamada pelos índios de “Sete Cerros”. Seria mais uma das cerca de quinhentas terras indígenas já identificadas pela Funai no Brasil. Mas o proprietário da fazenda, o paulista Fábio Tinelli, contestou a demarcação.

Sua empresa, a Sattin S.A., que cria e abate gado, foi à Justiça. Ela alega que “Morenito” não era índio, mas negro. Ele não teria sido assassinado por fazendeiros, mas por um viúvo que quis se vingar da mulher de “Morenito”, que era curandeira. A mulher de “Morenito” teria jogado uma praga na mulher do assassino. Esta última morreu.

Os donos da fazenda afirmam ter provas de que “Morenito” não era índio e de que seu assassinato foi por motivo fútil. Mas nem a Funai nem o governo lhe oferecem a oportunidade de apresentar defesa. “A Funai tinha que achar algum corpo para dizer que lá dentro tem cemitério de índios. Se eu não tivesse ido à Justiça não teria como reclamar da demarcação”, diz Tinelli.

Ele alega também que em 1987 um grupo interministerial no governo do presidente José Sarney, encarregado de demarcar terras indígenas, teria visitado a área e concluído que ela não era tradicionalmente ocupada por índios.

A questão é complexa. Em Mato Grosso do Sul, quase toda a vegetação natural - o cerrado - foi substituída, historicamente, por pasto. E as reservas naturais dos índios, por fazendas. Portanto, a existência ou não de

(Continua na página 3)

Morenito, índio ou branco?

por Marcio Aith
de Coronel Sapucaia (MS)
(Continuação da 1ª página)

um cemitério de índios num determinado local acaba sendo quase a única prova para a caracterização de uma região como reserva. Daí a importância da origem étnica de Morenito.

A situação de Nhu-Guaçu - ou de Sete Cerros, como querem os índios - está também sendo vivida por outros fazendeiros da região. Constâncio Almeida Moraes era dono da Fazenda São Bento, em Amambai. Há seis meses, perdeu as terras para índios, depois que seus 450 hectares foram considerados "tradicionalmente ocupados por índios" por um laudo da Funai que identificou lá dentro dois cemitérios de silvícolas.

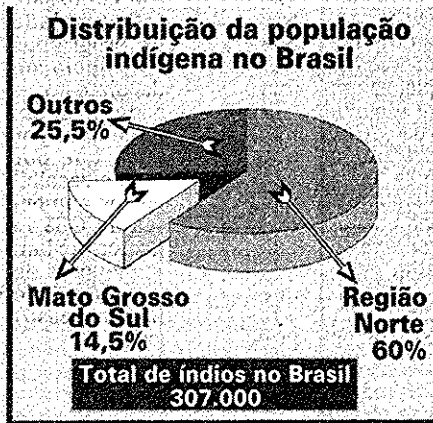
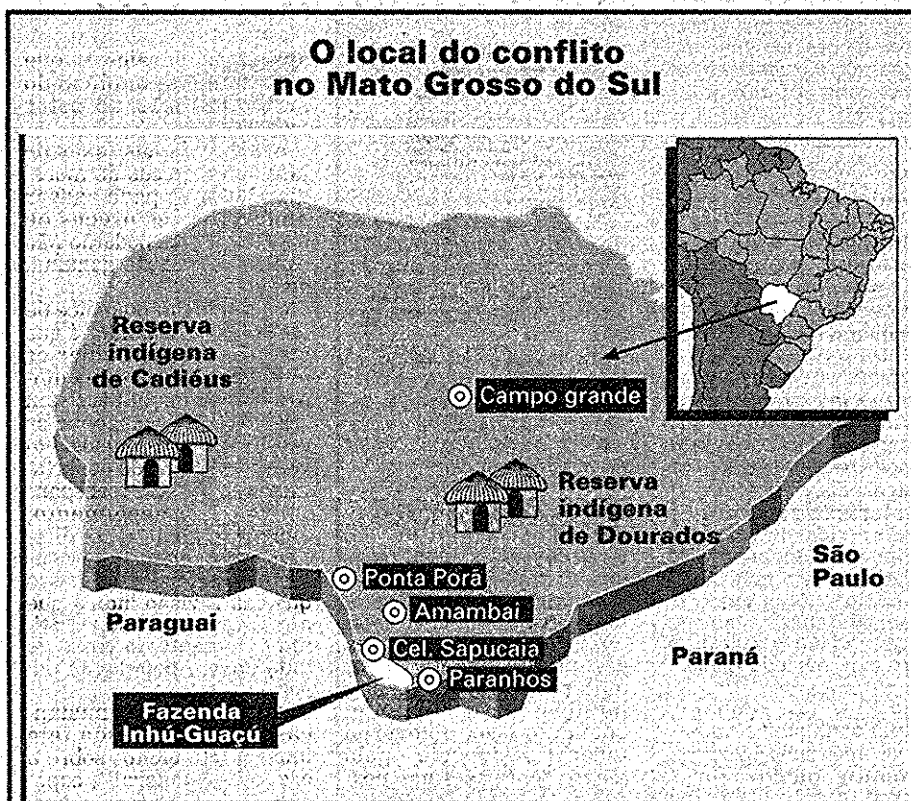
"Da primeira vez que foram me tirar de lá mandaram três policiais federais. Eu disse que não sairia. Tive que voltar atrás quando apareceram duzentos policiais. Parecia uma operação de guerra", disse Almeida Moraes. "Minha família era dona da terra há quase cem anos. Nasci lá dentro e nunca vi um índio. Eu entrei com um processo na Justiça e quero rever o laudo antropológico. Não tive direito de defesa", diz.

Mas o que torna a situação da fazenda Nhu-Guaçu diferente das outras é o encaminhamento do processo. Por um lance tático, a comunidade indígena achou melhor mover um recurso no Supremo Tribunal Federal (STF) para permanecer na terra. O STF aceitou o recurso, mas exigiu que todos os processos paralelos movidos pela fazenda também fossem para lá. Isto só foi possível porque a briga envolve índios, tutelados constitucionalmente pela União. Nos outros casos, as brigas estão sendo travadas por juízes de primeira instância ou tribunais inferiores.

No final de 1994, o STF estabeleceu, em plenário, que a decisão do conflito na fazenda será precedida de outra, muito mais importante.

O STF vai estabelecer se são válidos ou não os procedimentos para a demarcação de terras indígenas, fixados em 1973 pelo governo militar e usados até hoje.

Os onze ministros do STF vão ater-se a argumentos jurídicos. Vão decidir se a Funai e o governo podem ou não determinar sozinhos se uma terra é ou não indígena. Vão decidir se a Constituição permite ou não que um proprietário seja retirado de sua terra, mesmo se a tiver comprado de boa-fé,



sem direito a uma indenização (o Estatuto do Índio prevê indenizações somente para benfeitorias).

"O governo acompanha com atenção o processo no STF", disse a este jornal o secretário executivo do Ministério da Justiça, Milton Seligman. "De qualquer maneira, já estamos estudando mudanças, para instituir no âmbito administrativo algum tipo de espaço para defesa de quem ocupa terras supostamente indígenas", afirmou.

"Só estamos cumprindo a lei", diz o presidente da Funai, Dinarte Nobre de Mandeiro, no cargo desde 1992. "Este processo calhou ser julgado no começo de um novo governo, quando é comum o acirramento de ânimos contra os índios", diz ele.

A decisão do STF será técnica,

mas a essência do conflito pode ser explicada pelas condições em que morreu Morenito e pela validade do laudo antropológico. Sobre seu corpo pastam hoje mais de 9 mil cabeças de gado e caminham cerca de 200 índios e dezenas de colonos. Alguém terá de sair.

Morenito deixou dois órfãos: a filha, que presenciou o assassinato dos pais, e um filho, que não estava em casa quando os crimes ocorreram. Ambos continuam trabalhando para a fazenda.

O filho, Santiago de Oliveira, mora na sede da fazenda. Desconfiado e ressentido, fala pouco e em monossílabos. Oliveira é mulato e tem os olhos puxados. "Os olhos são de minha mãe. A cor é de meu pai", diz ele. "Seu pai era índio?" "Deus me livre e guarde, senhor. Ele era moreno como

eu", responde. "Você sabe quem matou seus pais?" "Eu não sei não, senhor." "Foi o pessoal da fazenda?" - Não, de jeito nenhum se não, eu não tava trabalhando aqui", responde, desconfiado, tentando saber o propósito das perguntas e suspeitando que seus chefes estivessem ouvindo a conversa. "Você se lembra do dia em que eles morreram?" "Não, eu era muito pequeno e não estava na casa." "Então, como é que você sabe que não foi o pessoal da fazenda?" "Ah, agora o senhor tá complicando. Mas essas coisas a gente sabe. A gente sempre sabe", diz ele.

A 200 quilômetros da fazenda, no município de Amambai, a Justiça ainda guarda o inquérito policial e o início das investigações. Nas fotos feitas no local do crime, percebe-se que More-

nito era negro. No exame cadavérico, feito antes que a Funai sequer pensasse em estudar a área, Morenito é descrito como "preto".

A cor e origem de Morenito poderiam ter importância pequena para a solução do conflito. Isto porque na fronteira do Brasil com o Paraguai, populações indígenas, negros e brancos se misturaram nos últimos anos. Então, Morenito poderia ser índio mesmo sendo negro. Ocorre que as diversas versões sobre a sua origem indicam que pode ser controversa sua relação com os índios. Cada índio tem uma versão diferente sobre a sua aparência, sobre o número de filhos e detalhes do assassinato. "Morenito tinha cinco filhos e todos foram mortos com ele", diz e erra o capitão da tribo de Sete Cerros, Carlinhos Valiente, um silvícola puro, um índio guarani de foto de enciclopédia. Na verdade, Morenito tinha três filhos, e só um morreu.

Valiente é um dos responsáveis pela posse dos índios na área, um dos mais idosos e apontado pela Funai como "um velho amigo de Morenito".

Sentado sobre os calcanhares, Valiente observa o terreno da fazenda. Um pasto enorme, plantado com sementes de braquiária. Poucas árvores, muitos saueiros e um sol escaldante. "O cemitério de Morenito é para lá", aponta ele. "Mas hoje eu não posso te levar", diz. "Como é que era o Morenito?" "Morenito era índio, igual a mim", responde. "Mas as fotos de Morenito na polícia mostram que ele é negro. Como é que ele pode ser igual a você?" "Morenito era igual a mim, mas era escuro", responde.

Na Fazenda Sete Cerros, os índios estão vivendo nas casas dos colonos, de alvenaria. Os colonos estão vivendo em barracos. Carlinhos tem uma casa de alvenaria só para ele. "Eu nasci aqui nesta terra, e cresci aqui até os 15 anos", diz. "Mas aí vieram os homens da fazenda e tomaram tudo. Eu só saí daqui dentro de um caixão."

Outros integrantes da tribo dizem que Morenito é tio de um índio, Juarez, que não estava presente na fazenda no momento. Segundo a coordenadora da Comissão Pró Índio, de São Paulo, Lídia Luz, Morenito foi uma liderança indígena muito importante em Mato Grosso do Sul. "Ele foi assassinado quando houve a expulsão dos índios", diz ela. Luz, no entanto, reconhece que não conheceu Morenito. "Só ouvi o relato dos índios", diz ela.